

HISTÓRIA E MEMÓRIA: O COLÉGIO ATHENEU SERGIPENSE COMO PALCO PARA ANÁLISE DO ENSINO DE HISTÓRIA (1930-1945)

Silvaneide Silva Vieira

Universidade Federal de Sergipe

O presente trabalho é resultado de um projeto realizado ao cursar a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa, o qual fora objeto de monografia para conclusão de curso. Vários fatores contribuíram para a escolha da temática História do Ensino de História, dentre eles, alguns observados ao longo do curso e da minha atuação enquanto profissional do ensino de História. No curso, notamos a dicotomia que há entre alguns aspectos da teoria e da prática, criando um certo distanciamento entre o que é aprendido na Academia e a realidade da prática escolar.

Logo, a idéia de uma pesquisa na área de educação, parte da necessidade de refletir sobre o ensino em geral e, particularmente, sobre o ensino de história, uma vez que ao concluirmos o curso de Licenciatura seremos professores-pesquisadores, concebendo o ensino também numa perspectiva de pesquisa. Além disso, de acordo com Maria Thétis Nunes, “*no Brasil, têm os sistemas educacionais variado conforme as fases de sua história*”¹, neste sentido, percebemos que a educação é influenciada pelo sistema político-econômico de cada época. Como há uma carência notória de estudos sobre o ensino de história no país, inclusive em Sergipe, entendemos que diante desta lacuna, seria pertinente emprendermos este estudo.

É preciso deixar claro ainda que, os problemas educacionais não podem ser compreendidos a não ser na medida em que são referidos ao contexto ao qual se situam. Assim como Dermeval Saviani², também nós, entendemos educação como um processo caracterizado por uma atividade mediadora no seio da prática social global. Tem-se, pois, como premissa básica que a educação está sempre referida a uma sociedade concreta, historicamente situada. É necessário, então, para cada sociedade, examinar as manifestações fundamentais e derivadas, as contradições principais e secundárias.

Deste modo, pretendemos analisar o ensino de história em Aracaju, especificamente no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, no período de 1930 a 1945. Com referência à época escolhida, inicialmente era nossa pretensão trabalhar todo o período da República Velha. Entretanto, ao debruçarmo-nos sobre o período do governo de Getúlio Vargas, notamos nele a presença de diversos elementos que tornariam interessante analisar a sua influência na educação e, especialmente, no ensino de história. Estamos nos referindo especificamente ao Movimento da Escola Nova que data de 1930; ao ensino tecnicista implantado por Vargas; ao Estado Novo, golpe deflagrado pelo então presidente em 1937, que manteve todos os estados atrelados a uma política nacionalista; à Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945. Todos esses fatos criaram uma problemática, qual seja: como era encarado o ensino de história nas escolas desse período e a que finalidade a disciplina atendia.

A escolha do Colégio Atheneu Sergipense como alvo para a nossa análise, deve-se ao fato de ser este um colégio de grande porte, tradicionalmente conhecido por formar alunos de todo o Estado, inclusive de outros como Pernambuco, Bahia e Alagoas. Considerado um reduto da cultura sergipana e responsável por projetar grandes intelectuais de renome nacional. Devido, enfim, à sua longa história de 132 anos, a qual tem sido pouco estudada, salvo alguns trabalhos e artigos de jornais. O Atheneu Sergipense possui um acervo documental considerável e quase que intocável (a não ser pelas traças, cupins e outros tipos de fenômenos naturais e humanos indesejáveis cuja tendência não é a de conservar...). Por isso, o objetivo indireto do nosso trabalho é resgatar, ou mesmo mostrar um pouco do que ainda resta do arquivo do Atheneu que representa uma parte da história educacional de Sergipe.

Sendo nossa meta central a análise do ensino de história na década de 30 e 40 no Colégio Atheneu Sergipense, esta questão desdobra-se em alguns objetivos específicos, a saber: contextualizar a situação local e nacional nesse período a fim de melhor entender a problemática educacional; traçar um panorama histórico do colégio no intuito de com-

prender as suas fases; identificar os professores de História e sua formação, bem como os requisitos necessários para lecionarem no Atheneu; discorrer acerca dos pressupostos metodológicos utilizados no ensino da disciplina; identificar e discutir sobre as reformas educacionais da Instrução Pública, analisando os programas curriculares; colher os subsídios possíveis de alguns alunos que estudaram e professores que lecionaram naquela instituição no contexto supracitado.

A pesquisa foi subsidiada por fontes orais (entrevistas e relatos de alguns alunos e professores dessa época). O estudo da oralidade veio sendo ensaiado a partir da Antropologia e hoje é utilizado com frequência em estudos acadêmicos de diversas áreas. Conforme Jorge Eduardo Aceves Lozano, a história interessou-se pela oralidade uma vez que esta *“permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas”*³. Além das fontes orais, fizemos uso das fontes escritas (atas de exames e de nomeação dos docentes, cadernetas de história, boletins anuais de notas, livros didáticos, de visitas, de ponto, de protocolos das correspondências expedidas, de matrículas, de frequência dos leitores da biblioteca e de recortes de jornais, diários oficiais de 1930 a 1945, atas da Congregação do Atheneu, jornais e outros).

Todos os documentos foram encontrados principalmente no arquivo do Colégio Estadual Atheneu Sergipense - ACEAS; muitas notícias referentes ao colégio que saíam nos jornais eram recortadas e coladas em livros de registros, e esse material facilitou bastante a nossa busca. Garimpamos ainda o acervo do Arquivo Público do Estado de Sergipe - APES, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGS, da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória - BPED e o acervo bibliográfico da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe - BICEN e do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica - PDPH.

Um vasto levantamento bibliográfico foi feito no intuito de responder a algumas indagações em pauta, utilizando como critério a aproximação pelo tema e pelo período. Destacamos aqui algumas dessas leituras, como a de Otaíza Romanelli⁴ importante para perceber a situação da educação no âmbito nacional. A autora defende a tese de que no período de 1930 a 1973 no Brasil, houve uma defasagem entre educação e desenvolvimento, que vem se acentuando com a passagem de um modelo econômico para outro. Assim, pouca coisa mudou na forma de encarar a educação que nos foi legada pelos jesuítas e, de acordo com suas idéias, *“a herança cultural influi sobre os valores e as escolhas da população que procura a escola”*. Além disso, *“a forma como se organiza o poder também se relaciona diretamente com a organização do ensino”*, e a facção que o elegeu e foi nomeada atua segundo interesses e valores da camada que ele representa.

Para entender a situação educacional em Sergipe buscamos, entre outras, as obras de Maria Thétis Nunes⁵. Seu pensamento não se distancia do de Romanelli, pois para ela a transplantação seja de costumes, modas, sistemas ou programas é uma característica de todo povo colonial e marcou sempre os diversos aspectos da vida brasileira. E é condescendente ao afirmar que:

“as fórmulas educacionais, aqui implantadas desde os primórdios de nossa colonização, foram reflexo de sistemas vigentes em outras terras, próprios de outros povos. Mas, se aqui se adaptaram e vicejaram, é que correspondiam à realidade da época e assim se ajustavam à sua filosofia social”.

O estudo sobre o livro didático e conhecimento histórico, realizado por Circe Bittencourt⁶, foi de grande importância porque mostrou a formação da história como disciplina, tendo esta percorrido caminhos tortuosos até tornar-se um corpo de conhecimento sistematizado, conforme afirma a autora:

“A constituição da História como disciplina escolar definiu-se inicialmente pelas propostas dos liberais brasileiros envolvidos nos debates educacionais da década de vinte do século passado. Parte dos intelectuais pretendia construir uma História laica, uma espécie de “ciência social” da

nação que se criava sob dominação de um Estado independente mas, não desejava abolir os princípios educativos da Igreja Católica”.

Por volta da década de vinte do século XIX, a disciplina de História era considerada simples anexo do Latim.

Nesse período o ensino de história estava subdividido em: história geral profana, história sagrada e história do Império do Brasil. A autora ainda ressalta que nos primeiros projetos delineados nessa época, a História era concebida como necessidade social, devendo estar presente no ensino elementar e médio. A partir de 1850 com a Reforma francesa denominada Lei de Falloux e os regulamentos de 1855 e 1857, o francês passara a ter grande influência nas escolas bem como no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, o qual servira de referência para os demais colégios do país, inclusive o Atheneu Sergipense. Assim sendo, tanto o Latim como o Francês eram matérias de domínio na escola, de modo que “*nenhum aluno poderia se matricular nas aulas de retórica e filosofia sem que tenha aprendido o latim e o francês, assim como na de história e geografia, sem que mostrasse saber francês*”. Verificando a vasta documentação do colégio, por exemplo, pudemos perceber a grande ênfase dada a essas duas disciplinas.

Para descrevermos a situação em que se encontrava o nosso Estado nesse período recorreremos à obra de José Ibarê Costa Dantas⁷, na qual trata das realizações dos governos, da vitória de outubro de 1930 ao fim do Estado Novo, investigando os interesses a que essas administrações corresponderam. Seu objetivo principal é, portanto, analisar a Revolução de 30 em Sergipe, através das políticas de seus governantes, no sentido de identificar em suas práticas, interesses de classe.

Ainda contribuiu de forma enriquecedora para nossa pesquisa, o trabalho de Marlos Bessa Mendes da Rocha⁸, o autor não esconde sua perplexidade de ver como a nação brasileira, neste final de século, ainda não foi capaz de fazer investimentos maciços na área de educação básica, capaz de superar em definitivo para a totalidade da população as carências deste ensino. Defende a tese de que a Revolução de 30 produziu efeitos na política pública de educação. O Estado Novo torna-se o fulcro da política educacional como um todo, exigindo dos atores políticos de educação que se tornem também, atores nacionais. O Estado Novo, em educação, não é outra coisa senão a reação da velha tradição patrimonialista contra as inovações modernizantes que vinham se introduzindo na sociedade brasileira desde os anos 20 e na primeira metade dos anos 30.

O autor também admite que algumas medidas tomadas a partir de 1930 pelo governo expressaram a nova dimensão assumida pelo tema educação na política pública, sendo caracterizadas: pela criação do novo Ministério de Educação e Saúde; pela estimulação para a constituição de atores educacionais, com a valorização pública dos Congressos da Associação Brasileira de Educação (ABE); pelos efeitos amplos trazidos com as Reformas de Francisco Campos e de Gustavo Capanema, ainda que restritas ao ensino secundário e superior.

Algumas obras de caráter pedagógico referenciam e justificam substancialmente a nossa temática em questão. Citamos o estudo de Maria Rita N. S. Oliveira⁹, em que ver a sala de aula como uma realidade em construção. A discussão desse tema, segundo a autora, “*explicita o reconhecimento da importância da pesquisa no fornecimento de subsídios para a formação do educador*”. No Brasil foi a partir da década de 1980 que estudiosos voltaram-se para o estudo da sala de aula, especificamente por ocasião dos 2º e 3º Seminários *A Didática em Questão*, realizados respectivamente, no Rio de Janeiro (1983) e em São Paulo (1985), em que foram enfatizados a ausência de estudos nessa área e a caracterização da sala de aula como um espaço privilegiado de interação pedagógica que pode impedir ou favorecer a efetivação de propostas pedagógicas inovadoras e/ou transformadoras para o ensino.

Destacamos a obra da professora Silma do Carmo Nunes¹⁰, em que busca analisar os pressupostos teóricos que orientam a prática de ensino do professor de História. A autora propõe o referencial teórico-metodológico baseado no materialismo histórico-dialético numa concepção gramsciana. A partir dessa perspectiva, afirma que, o professor de História procurará ter uma prática de ensino coerente com esse pensamento e a escola deverá prover a formação do

cidadão crítico e consciente diante da sua realidade social. A escola deverá pensar, portanto, uma educação libertária e progressista. Sendo assim, admite a necessidade de se repensar algumas concepções, como: a de homem, a de sociedade, a de cultura, a de história e a de política; que foram construídas com base na realidade sócio-educacional presente no país.

Assim, o nosso trabalho foi dividido em três capítulos que buscaram dar conta dos objetivos propostos. Por essa razão, na primeira parte traçamos um panorama histórico no intuito de melhor entender o contexto nacional e local em que se desenrolara todo o decurso do governo de Getúlio Vargas, assumindo após um ato dito revolucionário. Além disso, discutimos as duas grandes reformas educacionais desse período que receberam o nome dos respectivos ministros, Francisco Campos e Gustavo Capanema.

A segunda parte foi dedicada ao Colégio Atheneu, na qual nos propomos a resgatar um pouco do processo histórico dessa instituição desde a sua fundação em 1870 até a década de 1940. Neste intuito, recorreremos à memória histórica de ex-alunos e ex-professores desse período e, aos registros ali encontrados, como o livro de visitas, do qual nos valem das impressões que os ilustres visitantes registraram sobre o colégio.

Finalmente, o cerne do nosso trabalho encontra-se no terceiro capítulo, em que buscamos analisar o ensino de história no marco temporal que vai de 1930 a 1945, utilizando como palco o Atheneu Sergipense. Nesse capítulo, foi de grande importância as entrevistas concedidas por alguns ex-alunos e ex-professores do período, que relataram fatos interessantes sobre o ensino e o próprio cotidiano dessa época.

Ao iniciarmos este trabalho algumas hipóteses ponderavam em nosso pensamento. Uma dentre tantas era a idéia de que no Colégio Atheneu apenas estudaram pessoas consideradas elite sergipana, no entanto, constatamos que existia uma classe heterogênea que para ingressar deveria passar por uma avaliação do seu conhecimento, ou seja, um exame de admissão. Também os professores eram submetidos a um concurso para verificar a capacidade de lecionar naquela instituição.

Ficou claro para nós o que de fato representou a fundação do Atheneu para Sergipe, sua criação significou a luta de educadores como Manuel Luís D'Araújo, em reformular o ensino no Estado, objetivando acompanhar as mudanças que vinham ocorrendo no país desde o final do século XIX. A criação do Atheneu, traduzia-se como símbolo de modernidade numa capital que dava seus primeiros saltos em termos de urbanismo. O prédio, que outrora chamara atenção pela construção arquitetônica, hoje encontra-se quase que abandonado. Todos os dias dezenas de pessoas passam pela frente do Atheneu Pedro II sem se dar conta da história que aquele prédio representa. Ele é uma marca de identificação da nossa história, da nossa cultura e que por isso deve ser resgatado e mostrado a toda sociedade. Como monumento histórico é um ótimo atrativo artístico, cultural e turístico.

Constatamos ainda não ter havido a presença dos pressupostos metodológicos da Escola Nova no Atheneu, apesar das tentativas de obter conhecimentos dessa nova tendência propagada em São Paulo. Ao contrário disto, verificamos um grande controle técnico do ensino.

Algo que tanto nos chamou a atenção foi a supervalorização dada à disciplina História nos depoimentos dos alunos, demonstrando ter significado importante na vida do aluno. Isso não seria possível sem a motivação do professor como pudemos verificar nos relatos de alguns ex-alunos daquele Colégio.

Sobre a política de Vargas na educação foi expressada a partir das duas grandes reformas a de Francisco Campos e de Gustavo Capanema, que trouxeram algumas mudanças para o ensino de História, valorizando principalmente a história do Brasil na segunda reforma.

Afirmamos no início do trabalho que a proposta seria refletir sobre o ensino em geral e, particularmente, o ensino de História. Cremos, pois, ter feito isso. Apesar do período analisado ser um tanto distante, parece-nos que o ensino ministrado hoje não teve alterações consideráveis. O ensino, na maioria das realidades escolares, continua tradicional

com conteúdos livrescos, quantitativos, mnemônicos, preparando pessoas para aprovação em vestibulares (semelhante aos preparatórios), deixando de formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Discute-se programas e metodologias inovadoras para uma sociedade historicamente arcaica. Para se mudar o ensino de História é necessário pensar a própria História.

Portanto, é necessário repensar o ensino de História ministrado nas escolas, para que deixe de ser considerado enfadonho, simples reprodutor de conhecimentos prontos e acabados, e passe a dar vida aos conteúdos criando-os, criticando-os e recriando-os no processo de aprendizagem em sala de aula. Mais que isso, urge repensar também a formação profissional que a universidade vem se propondo a fazer. As universidades não podem se fechar à realidade da escola e da prática de sala de aula, é preciso quebrar os muros que separam esses dois mundos para, quem sabe, poder aliar teoria e prática, aliviando assim a neurose que todos os graduandos passam ao manter contato com a escola e a sala de aula.

¹ NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. 2 ed. São Cristóvão: UFS, 1999, p.15.

² SAVIANI, Dermeval. Educação brasileira: Problemas. IN: **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12 ed. Campinas: Autores Associados, 1996 (Educação Contemporânea)

³ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. IN: AMADO, Janaína (coord). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.16.

⁴ ROMANELLI, Otaíza de O . **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 2 ed. Minas Gerais: Vozes, 1980.

⁵ NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe/UFS, 1984, p.13.

⁶ BITTENCOURT, Circe Maria F. **Livro didático e conhecimento: uma história do saber escolar**. São Paulo, 1993, 373 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

⁷ DANTAS, José Ibarê C. **Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. São Paulo: Cortez; Aracaju, UFS, 1983.

⁸ ROCHA, Marlos Bessa M. da. **Educação Conformada: a política de educação no Brasil (1930-1945)**. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

⁹ OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A sala de aula como objeto de análise na área da didática. IN: OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1993, pp. 35-62.

¹⁰ NUNES, Silma do Carmo. **Concepções de mundo no ensino da História**. Campinas: Papirus, 1996, pp. 27-46.